Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente





# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Minas Gerais

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Minas Gerais ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Minas Gerais em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Maurício Colombari Contador CRC 1SP195838/O-3

# Balanço Patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018		2019	2018
Ativo			Passivo		
Circulante	70.140	42.158	Circulante	72.072	44.983
Disponibilidades (Nota 6)	1.778	1.137	Depósitos (Nota 11)	43.726	30.200
Relações interfinanceiras(Nota 6)	19.968	15.740	Depósitos à vista	7.766	4.659
Operações de crédito (Nota 7)	50.101	25.808	Depósitos à prazo	35.960	25.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.892	-1.501			
			Relações interdependências (Nota 12)	230	38
			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	25.777	13.583
Outros créditos	1.185	769	Outras obrigações	2.339	1.162
Créditos por avais e fianças honrados		0	Cobrança e arrecadação de tributos e	40	27
Rendas a receber (Nota 8)	551	271	assemelhados	568	210
Diversos (Nota 8)	634	498	Sociais e estatutárias Fiscais e previdenciárias	217	57
			Provisão para causas Judiciais (Nota 15)	5	0
			Diversas (Nota 14)	1.509	868
Outros valores e bens (Nota 9)	0	205	Exigível a longo prazo	42.027	20.507
,			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	42.027	20.507
Realizável a longo prazo	57.953	30.924	Patrimônio líquido (Nota 16)	18.132	9.675
Operações de crédito (Nota 7)	57.953	30.924	Capital social	15.090	8.361
Despesas antecipadas	0	0	Fundo de reserva	2.154	892
			Sobras (Perdas) acumuladas	888	422
Permanente	4.138	2.083			
Investimentos (Nota 10 a)	2.373	984			
Intangível	0	0			
Imobilizado de Uso (Nota b)	1.765	1.099			
Total Ativo	132.231	75.165	Total do passivo e do patrimônio líquido	132.231	75.165

Demonstração de sobras ou perdas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	14.352	7.826
Operações de crédito (Nota 7)	13.432	7.176
Depósitos intercooperativos	920	650
Despesas de intermediação financeira	-6.602	-3.623
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-1.543	-999
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-3.080	-1.340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-1.284
Resultado bruto da intermediação financeira	7.750	4.203
Outras receitas e despesas operacionais	-5.651	-3.443
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	1.138	486
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	1.944	1.152
Despesas de pessoal(Nota 18)	-4.500	-2.506
Despesas administrativas (Nota 19)	-2.457	-1.933
Despesas tributárias	-10	-10
Outras receitas operacionais (Nota 20)	400	634
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-2.166	-1.266
Resultado operacional	2.099	760
Resultado não operacional	1	0
Resultado antes da tributação	2.100	760
Imposto de renda e contribuição social	0	-2
Provisão para imposto de renda		-1
Provisão para contribuição social	0	-1
Sobras (perdas) do exercício	2.100	758

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2018	6.413	449	222	7.084
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	0	222	-222	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	C
Rateio de Perdas	0	0	0	(
Integralizações de capital	2.138	0	0	2.138
Baixas de capital	-395	0	0	-395
Aporte de recursos feitos pelo fundo de liquidez e expansão			145	145
Sobras (perdas) do exercício	0	0	758	758
Destinações legais e estatutárias	205	221	-481	-55
Fates	0	0	-55	-55
Fundos de Reserva	0	221	-221	C
Juros ao capital próprio	205	0	-205	(
Outras reservas estatutárias	0	0	0	(
Em 31 de dezembro de 2018	8.361	<u>892</u>	422	9.675
Em 1 de janeiro de 2019	8.361	892	422	9.675
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	278	144	-422	C
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	C
Rateio de Perdas	0	0	0	(
Integralizações de capital	4.028	0	0	4.028
Baixas de capital	-587	0	0	-587
Incorporação de cooperativa (Nota 25)	2.477	471	50	2.998
Aporte de recursos feitos pelo fundo de liquidez e expansão (Nota 16g)	0	0	80	80
Sobras (perdas) do exercício	0	0	2.100	2.100
Destinações legais e estatutárias	533	647	-1.342	-162
Fates	0	0	-162	-162
Fundos de Reserva	0	647	-647	(
Juros ao capital próprio	533	0	-533	(
Outras reservas estatutárias	0	0	0	C
Em 31 de dezembro de 2019	15.090	2.154	888	18.132

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação	2.100	760
Ajustes as sobras/perdas líquidas	1.662	510
Despesas de depreciação e amortização	271	107
Constituição (Reversão) de provisão de credito de liquidação duvidosa	1.391	403
Variações patrimoniais	-421	1.456
Operações de crédito	-37.578	-19.269
Outros créditos	-343	-125
Outros valores e bens	210	-210
Depósitos	5.613	9.787
Obrigações por empréstimos e repasses	24.600	11.955
Relações Interdependências	194	20
Outras obrigações	6.883	-702
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-2
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	3.341	2.724
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Valor recebido pela venda de imobilizado	729	50
(Integralização)/Resgate de cotas de investimento	-1.389	-358
Aquisição de imobilizado de uso	-1.253	460
Aplicação no intangível	0	0
Outros ajustes	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de Investimento	-1.913	152
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização capital	4.028	2.138
Baixas Capital	-587	-395
Distribuição Sobras Pagamento	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	3.441	1.743
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.869	4.619
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.877	12.258
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.746	16.877

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Minas Gerais (Cooperativa), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser ('Central Cresol'), localizada no municipio de Fervedouro-MG . A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 14 de fevereiro de 2006 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas:
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) o estímulo ao desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol.

#### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já aprovados pelo CMN: CPC 00 (R2)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Homologado pela Deliberação CVM 835 de 11/12/2019; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução Bacen/CMM 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.750/09; CPC 24 - Evento Subsequente -homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.335/16; CPC 33 - Benefícios a 3.823

Os CPC's, 10 (R1) Pagamento Baseado em ações e 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Retificação de Erro, apesar de aprovados pelo CMN, não afetaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A divulgação destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria em 28 de janeiro de 2020

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

#### (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate ajustadas ao valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro que são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo

	2019	2018
Receita com Ato Não Cooperativo	21	0
Custo com Ato Não Cooperativo	21	0
Resultado com Ato Não cooperativos	0	0
Tributos com Ato Não Cooperativo	0	0

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituida com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 32% do lucro tributável.

## (b) Disponibilidades

As disponibilidades incluem dinheiro em espécie, cheques recebidos e ainda não depositados, pagáveis sem restrição e imediatamente, e contas de livre movimentação mantidas pela cooperativa em bancos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

## (d) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

## (e) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas pro rata temporis até a data do balanço.

## (f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Período de atraso	Classificação do cliente
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	В
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60° dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível 'H' permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Η

## (g) Ativo permanente

Superior a 180 dias

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útileconômica dos bens.Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações	4% a.a
Instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação,	•
segurança e transporte	10% a.a
Sistema de processamento de dados	20% a.a
Veículos	20% a.a

## (h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

## (i) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2019.

## (j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os depósitos à vista e a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

## (k) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

## (l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os processos judiciais classificados como risco remoto não são provisionados e nem divulgados.

## (m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

## (n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada período. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## (o) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## 5 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

## (a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

## (b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades da Cresol.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

## (c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das do Sistema Cresol;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6 Disponibilidades e relações interfinanceiras

	2019	2018
Disponibilidades	1.778	1.137
Relações interfinanceiras	19.968	15.740
	21.746	16.877

## Disponibilidades

São os recursos disponíveis e utilizados pela Cooperativa para a movimentação financeira com o objetivo de receber valores financeiros e pagar compromissos financeiros de curto prazo e rotineiros.

## Relações interfinanceiras

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 100,00 % do CDI (2018 - 100%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita apresentada foi de R\$ 920 (2018 - R\$ 650) registrada na rubrica receitas de intermediação financeira na demonstração de sobras ou perdas.

## 7 Operações de crédito

# (a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

			2019	2018
		Não		
	Circulante	Circulante	Total	Total
Operações de crédito - Recursos próprios			-	
Empréstimos e títulos descontados	10.160	5.802	15.962	6.434
Financiamentos Rurais e agroindustriais	11.587	9.888	21.475	6.669
Financiamentos	5.289	13.366	18.655	11.198
Operações de crédito - Recursos por repasses				
Financiamentos Rurais e agroindustriais	20.173	28.897	49.070	30.930
Carteira total	47.209	57.953	105.162	55.231

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos próprios é de 19,10% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 10.715 (2018 - R\$ 6.045, com remuneração média de 24,87%) e a remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos por repasses é de 5,54 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 2.717 (2018-R\$ 1.131 e a remuneração média foi de 3,66%) registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

## (b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

		Carteira		créditos de liquidação duvidosa
	2019	2018	2019	2018
Níveis de risco				
Nível AA	О	0	0	0
Nível A	59.492	38.721	-290	-191
Nível B	35.562	12.241	-356	-122
Nível C	8.439	3.679	-253	-110
Nível D	1.672	579	-167	-58
Nível E	761	359	-228	-108
Nível F	813	350	-406	-175
Nível G	409	219	-286	-153
Nível H	906	584	-906	-584
Total	108.054	56.732	-2.892	-1.501

Provisão nara

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (c) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações, quando existentes estão assim compostas:

	2019	2018
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança - com operações de limite cartão	0	0
	0	0

## (d) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no inicio do periodo	1.501	1.098
Constituição	1.391	403
Reversão	0	0
	2.892	1.501

No processo de incorporação da Cooperativa Cresol Araponga em 23/03/2019, houve aumento do PDD com o saldo da cooperativa incorporada ao saldo da incorporadora de R\$ 105.

## (e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	2019	2018
Rural		
Pessoa física	86.719	51.486
Pessoa jurídica		5.246
	108.054	56.732

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (f) Distribuição por faixa de vencimento

_	2019	2018
xas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	1.245	279
Entre 31 e 60 dias	480	79
Entre 61 e 90 dias	212	162
Entre 91 e 120 dias	149	78
Entre 121 e 150 e dias	89	34
Entre 151 e 180 e dias	92	20
Entre 181 e 240 e dias	93	67
Entre 241 e 300 e dias	92	26
Entre 301 e 360 e dias	84	34
Entre 361 e 540 e dias	0	0
_	2.536	779
Operações a vencer		
Até 30 dias	4.108	1.771
Entre 31 e 60 dias	4.012	1.715
Entre 61 e 90 dias	3.398	1.714
Entre 91 e 180 dias	9.549	5.593
Entre 181 e 360 dias	25.207	13.868
Entre 361 e 720 e dias	17.505	9.496
Entre 721 e 1080 e dias	13.726	6.810
Entre 1081 e 1440 e dias	9.955	4.835
Entre 1441 e 1800 e dias	7.558	3.630
Entre 1801 e 5400 e dias	9.182	6.069
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	1.318	452
_	105.518	55.953
	108.054	56.732

## (g) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	2019	2018
Renegociadas	1.054	1.026
Lançadas contra prejuízo	693	881
Recuperadas de prejuízo (Nota 20)	142	519

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 8 Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

## (a) Rendas a Receber

	2019	2018
Rendas de Spread a receber Repasses Central	551	271
	551	271

## (b) Diversos

Diversos	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	17	11
Cartão de credito	587	451
Devedores por compras de valores e bens	0	0
Provisão por Venda de Bens	-11	-5
Adiantamento por conta de imobilizações	37	37
Tributos a compensar	0	0
Imposto de renda a recuperar	0	0
Títulos e créditos a receber	0	0
Devedores diversos - País	4	4
	634	498

## 9 Outros valores e bens

Os saldos de outros valores e bens, estão assim demonstrados:

	2019	2018
Bens não de uso próprio	0	210
Material de estoque	0	0
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	0	
	0	205

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### minimares de reals, execto quando indicado de outra form

## 10 Permanente - Investimentos

## (a) Investimentos

	2019	2018
Participação na Central Cresol (*)	2.373	955
Participação na Base Regional	o	29
Participação em outras empresas	0	0
	2.373	984

<sup>(\*)</sup> Participação em 2019 referente a 3.04% (2017 - 1.22%) do capital social da Central Cresol.

## (b) Permanente

	2019			2018	
	Aquisições	Alienações	Depreciação	Liquido	Liquido
Imobilizações em Curso	584	-722	0	360	498
Terrenos	0	0	0	0	0
Instalações	329	0	-77	286	34
Móveis e equipamentos de uso	238	-2	-64	484	312
Sistemas de Comunicação	93	-5	-23	83	18
Sistemas de Processamento					
de Dados	211	0	-61	276	126
Sistemas de Segurança	123	0	-41	180	98
Sistemas de Transporte		<u> </u>		<u>96</u> _	13
	1.666	-729 	-271 	1.765	1.099

## 11 Depósitos

Os depósitos são constituídos pelos saldos mantidos pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2019	2018
Depósitos à vista Depósitos a prazo	7.766 35.960	4.659 25.541
	43.726	30.200

As despesas com captação do exercício foram de R\$ 1.543 e o percentual médio de remuneração anual foi de 4,29% (2018-R\$999 e o percentual médio de remuneração anual foi de 3,91%), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira — Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 12 Relações interdependências

As Relações interdependências, classificadas no passivo estão assim compostas:

	2019	2018
Cartão Crédito	11	9
Outros	219	29
	230	38

## 13 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir:

			2019	2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Central Cresol Baser	25.777 0 0	42.027 0 0	67.804 0 0	34.090 0 0
	<u> 25.777</u>	42.027	67.804	34.090

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto a Central Cresol Baser, com vencimento até 15 de fevereiro de 2028. Os encargos financeiros são calculados pro rata dia e as taxas estão de acordo com a modalidade de cada empréstimo bancário, sendo PRONAF (1% a 5,5%) e PRONAMP (5,5% a 7,5%). As taxas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e incidem diretamente sobre o saldo devedor. A taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com a Central Cresol Baser foi de 5% ao ano (2018–4% a.a), representando uma despesa de R\$ 3.080 (2018– R\$1.340), lançada na rubrica "Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses" na demonstração de sobras ou perdas.

## 14 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5	18
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	483	269
Provisão para pagamento a efetuar	368	142
Credores diversos - País	29	9
Outras provisões	0	0
Repasse a operadora de cartão	624	430
	1.509	868

Os grupos 'Provisão para pagamentos a efetuar' e 'Credores diversos-País' referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

## 15 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Quando existentes estes passivos devem ser provisionados.

Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações de natureza cível, trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e remotos, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída:

	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2019	Valor provisionado- saldo em 31 de dezembro de 2018
Natureza				
Tributária	Provável	0	О	0
Tributária	Possível	0		

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhista	Provável	0	0	0
Trabalhista	Possível	О		
Cível	Provável	5	5	0
Cível	Possível			
		5	5	0

## 16 Patrimônio líquido

## (a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	2019	2018
Números de associados	8.633	6.256
Capital social - milhares de reais	15.090	8.361

## (b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

## (c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa havia provisionado a título de juros sobre capital próprio o valor de R\$ 533 (2018- R\$205).

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar no 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

## (d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10,00%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 40,00% como fundo de reservas sobre as sobras liquidas do exercício.

## (e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso II, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5,00%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 10,00% como FATES sobre as sobras liquidas do exercício.

## (f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 08 de Março de 2019, foi aprovada a destinação das sobras do exercício de 2018 de R\$ 422 sendo R\$ 278 para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2018 e R\$ 144 para o fundo de reserva (2017 - R\$ 222, destinados para fundo de reserva da Cooperativa).

## (g) Aporte do Fundo de liquidez e expansão

Conforme permitido pelo artigo 5 do Regimento do Fundo de Liquidez e Expansão da Central Cresol Baser, a Cooperativa acessou o fundo de Liquidez para compensar o saldo de perda acumulada apurado até aquela data. Este Fundo é para uso das cooperativas singulares quando acumulam perdas, em fase inicial de operação ou expansão.

#### 17 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

0
1.152
31
138
17
298
2
1.638

#### 18 Despesas de pessoal

	2019	2018
Honorários pagos a diretores e conselheiros (Nota 23)	455	198
Proventos	1.973	1.243
Encargos sociais	769	461
Benefícios	1.199	558
Treinamentos	100	46
Remuneração a estagiários	4	0
	4.500	2.506

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19	Despesas administrativas

	2019	2018
Serviços do sistema financeiro	275	233
Outras despesas administrativas	119	108
Aluguéis	372	294
Serviços de terceiros	110	82
Serviços de vigilância e segurança	90	86
Transporte	147	115
Processamento de dados	59	125
Promoções e relações públicas	210	108
Despesa de comunicações	164	166
Depreciação	271	107
Seguros	39	37
Água, energia e gás	104	64
Serviços técnicos especializados	22	55
Material	79	49
Manutenção e conservação de bens	113	79
Propaganda e publicidade	69	83
Despesas com Viagens	81	38
Despesas com ressarcimento de custos conselheiros	3	3
Despesas com copa e cozinha	13	17
Despesas com custas judiciais	18	10
Despesas de Cartórios	15	20
Despesas com Assembéias Gerais	38	20
Despesas de Uniformes	13	7
Despesas de diárias e estadias	29	25
Publicações	4	2
Despesa com outras provisões	0	0
Provisão para desvalorização de Bens não de Uso	0	0
	2.457	1.933

## 20 Outras receitas operacionais

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	36	45
Reversão de provisões operacionais	0	0
Rendas de titulos e valores mobiliários	11	11
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7 (g))	142	519
Rateio antecipado de custos	1	0
Doações recebidas	76	0
Recuperação de custos projeto seguros	0	4
Outras rendas operacionais	134	55
	400	634

O montante de R\$ 134 em outras rendas operacionais refere-se ressarcimento de custas com desenvolvimento e expansão da cooperativa.

## 21 Outras despesas operacionais

	2019	2018
Despesa do fundo garantidor de depósito	56	34
Descontos concedidos em renegociações	492	506

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

624	290
0	
U	0
0	0
О	0
0	0
113	60
118	34
552	206
149	66
0	0
0	4
1	1
0	0
40	48
2.166	1.266
	0 0 113 118 552 149 0 0 1

## 22 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas na rúbrica Despesas de Pessoal (Nota 18) valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$ 386 (2018- R\$ 147).

## 23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	2019	2018
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	55	39
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	15	43
Operações de crédito	197	151
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave (Nota 18)	455	198

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, são os seguintes os saldos com a parte relacionada Central Cresol:

	2019	2018
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 6)	19.968	15.740
Remuneração da Centralização Financeira	920	650
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	67.804	34.090
Despesas com operações de empréstimos e repasses	3.080	1.340
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 21)	0	0

As despesas da Central Cresol são rateadas mensalmente para as cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

Parte do Orçamento anual da Central Cresol Baser é proveniente das mensalidades das cooperativas a ela filiadas, sendo que o rateio é realizado de acordo com o enquadramento no que diz respeito ao teto de endividamento da mesma junto ao BNDES. O valor da mensalidade é resultante da multiplicação do valor estabelecido, baseado no salário mínimo Federal considerado na data da aprovação dos critérios de rateio (R\$938,00) X índice de enquadramento conforme abaixo:

Faixa	Enquadramento porte:
Até 5 milhões de Teto	1
De 5 à 7 milhões de Teto	2
De 7 à 12 milhões de Teto	3
De 12 à 15 milhões de Teto	4
De 15 à 20 milhões de Teto	5
De 20 à 25 milhões de Teto	6
De 20 à 25 milhões de Teto	7
De 20 à 25 milhões de Teto	8

- a) Cooperativas com até 6 meses são isentas de pagamento de mensalidade;
- b) Cooperativas de 6 a 12 meses contribuem com mensalidade equivalente a 50% do salário mínimo federal;
- c) Cooperativas com mais de 12 meses passam a contribuir conforme critério de rateio acima;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de despesas rateada para a Cooperativa foi de R\$ -624(2018 - R\$ -290), alocadas no grupo 'Outras despesas operacionais' na demonstração de sobras ou perdas (Nota 21).

## 24 Patrimônio de Referência e Capital Mínimo

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2019	2018
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	18.132	9.675
Referência nível mínimo requerido	11.509	6.211
Referência capital mínimo requerido	9.066	3.709
Imobilizado para cálculo do limite		
Índice de imobilização (limite 50%) - %	19,00	12,00

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 25 Incorporação

Em 08/03/2019, foi deliberada e aprovada, em reunião de sócios cooperados, a incorporação da COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ARAPONGA, com sede na cidade de ARAPONGA, Estado do MINAS GERAIS. A incorporação foi realizada pelo valor dos livros contábeis.

O acervo líquido foi incorporado em 23/03/2019, conforme laudo emitido por empresa especializada e estava representado pelos ativos e passivos na data de 06/03/2019:

Em Milhares de Reais			
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante		Circulante	
Relações Interfinanceiras	6.094	Depósitos	7.914
Operações de crédito	5.409	Relações Interfinanceiras	3.830
Outros ativos	130	Outros passivos	356
	11.633		12.100
Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
Operações de crédito	8.335	Relações Interfinanceiras	5.283
Permanente	413	Outros passivos	
	8.748		5.283
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	2.477
		Reservas	471
		Sobras (Perdas) Acumuladas atual	0
		Sobras (Perdas) acumuladas exercícios anteriores	
			2.998
Total do ativo	20.381	Total do passivo e patrimônio líquido	20.381

\* \* \*